

## **ANALISE: O “GASOLINAÇO” BOLIVIANO PARA ALEM DAS CORPORAÇÕES DE MIDIA**

*Marcelo Salles*



Como entender os recentes protestos que tomaram as principais capitais bolivianas entre dezembro do ano passado e janeiro deste ano? Quais os seus reflexos para o continente, tendo em vista o posicionamento estratégico da Bolívia na América do Sul e considerando que a razão central das manifestações foi o aumento de até 80% no preço do petróleo e seus derivados?

Na avaliação do sociólogo Eduardo Paz Rada, professor da Universidade Mayor de San Andrés, trata-se do maior protesto popular enfrentado por Evo Morales desde que assumiu o governo, em 2006. “Em 2008 o governo teve que enfrentar uma crise política, também muito forte, mas nessa oportunidade eram as forças conservadoras de direita que se mobilizavam em defesa de seus privilégios”, avalia.

Já a onda de manifestações que ficou conhecida como “gasolinaço” é comandada por movimentos sociais que se alinham à esquerda no espectro político, como as juntas vicinais de El Alto, as mesmas que foram determinantes tanto para a derrota do governo neoliberal de Sanchez de Lozada, em 2003, quanto para a eleição do próprio Evo dois anos depois.

Evo Morales julgou que o aumento de preços era fundamental para combater o contrabando de combustível para Brasil, Argentina, Peru e Chile, que praticam preços até três vezes maiores que a Bolívia. A explicação não bastou. Evo teve que revogar o decreto para reduzir a pressão social. “O ‘gasolinaço’ significou um distanciamento de Evo Morales e importantes setores sociais que o respaldavam até agora”, diz o sociólogo Eduardo Paz Rada.



Por trás dos protestos, um tema que nunca saiu da pauta boliviana: energia. Gás, petróleo e lítio são as principais fontes de renda do país, e já foram motivo de guerras, golpes de Estado e conspirações. No pano de fundo, a cobiça estrangeira, melhor exemplificada pelos interesses estadunidenses. “Houve um tempo em que o governo dos EUA indicava até o nome de ministros”, disse o ministro de Governo boliviano (equivalente à nossa Casa Civil), Sacha Llorenti, em recente visita ao Brasil.

Esse controle da vida boliviana pelos ianques durou até 2008, quando o presidente Evo Morales expulsou do país o embaixador estadunidense, a CIA e a DEA. Apesar de a relação diplomática entre os dois países não ter sido restabelecida e de Evo manter um discurso duro contra o imperialismo ianque, o sociólogo Eduardo Paz Rada afirma “o temor de que esse rompimento causasse problemas para a Bolívia e seu governo foi totalmente superado porque não houve outros efeitos econômicos e diplomáticos”.

O principal parceiro estratégico da Bolívia passa a ser o Brasil, que compra a maior parte dos seus produtos e é seu maior cliente de gás natural. Mas para Eduardo Paz Rada, depois que Evo baixou o decreto que nacionaliza os hidrocarbonetos e reajusta os preços houve uma sucessão de erros. “Teve que ceder às pressões do governo Lula e dos agentes das petroleiras multinacionais, que apesar de pagarem mais impostos, mantiveram o controle dos negócios. Além disso, os avanços que foram anunciados na industrialização da cadeia produtiva não se consolidaram”, critica o sociólogo.

Por outro lado, Paz Rada reconhece que o governo Evo Morales tem conseguido avançar no desenvolvimento das políticas que nortearão a exploração do lítio. A Bolívia possui em seu território, no gigantesco Salar do Uyuni, em Potosí, cerca de metade da reserva mundial desse recurso. Empresas europeias e asiáticas já demonstraram interesse em atuar em parceria com o governo boliviano para a prospecção do mineral e o desenvolvimento da cadeia produtiva. Especialistas apontam que nos próximos dez anos o lítio, hoje usado em baterias de celulares e notebooks, poderá ser responsável pela mudança na matriz energética dos automóveis.

Nessa conjuntura, o “gasolinaço” não pode ser analisado de forma reducionista, como fizeram as corporações de mídia. O presidente boliviano sabe que sua eleição e sua reeleição, além do enfrentamento ao governo estadunidense e à elite separatista, tudo isso só foi possível graças ao forte apoio popular e sua ascendência junto aos movimentos sociais. De modo que uma leitura mais atenta mostra que Evo terá de recompor as alianças esgarçadas, para só depois seguir adiante com as reformas progressistas. Ou então fará essa repactuação no próprio bojo dos avanços sociais.

Do ponto de vista do povo organizado, o que interessa é que o governo siga com sua agenda de transformações. Aumento do salário mínimo, democratização dos meios de comunicação, distribuição de renda, fortalecimento da economia solidária em cooperativas, mais investimentos em saúde e educação, uso do gás e do petróleo para melhorar a qualidade de vida da população. Foi para isso que Evo foi eleito. É por isso que ele mantém níveis elevadíssimos de aprovação, entre 70% e 80%.

Quanto ao governo Dilma, o sociólogo boliviano afirma que há um certo receio de que as relações sejam mais tensas do que foram com Lula, especialmente quanto à “compra



de gás, aos gigantescos projetos amazônicos do Brasil e às estradas de conexão interoceânica”.

É verdade que só vamos saber como se darão as relações políticas e comerciais entre Bolívia e Brasil – e, ademais, suas consequências para a América Latina – com o decorrer do tempo, mas o “gasolinaço” já nos ensinou pelo menos uma lição: o povo boliviano está atento e já deixou claro que está disposto a qualquer coisa para manter suas conquistas, sobretudo na área energética. Resta saber se o governo brasileiro fará prevalecer uma relação meramente técnica, baseada na lógica de mercado (como as corporações de mídia exigiram em 2006), ou se manterá em curso a política que leva em consideração as desigualdades regionais e a importância de superá-las para o pleno desenvolvimento de todos os países do continente.

*Marcelo Salles, jornalista, atuou como correspondente da revista Caros Amigos no Rio de Janeiro (2004 a 2008), e em La Paz (2008 a 2009).*

